

“Carta de alforria de Minas Gerais”

O secretário da Fazenda, Roberto Brant, disse ontem que a rolagem da dívida dos estados pelos próximos vinte anos é “carta de alforria de Minas Gerais” diante do poder central. “Agora podemos governar sem nos submetermos ao poder central”, comentou Brant à repórter Elizabeth Rosa.

Segundo ele, o estado vinha rolando diariamente 1,5 bilhão de dólares em títulos da sua dívida no mercado financeiro, o equivalente a sete vezes a arrecadação. Como tinha de concorrer com os juros oferecidos pelos bancos privados, o estado acabava ficando “à mercê do mercado financeiro”.

O secretário adjunto da Fazenda, José Afonso Bicalho, informou que a dívida total de Minas, de 3,8 bilhões de dólares, 3,3 bilhões vão ser rolados nos próximos 20 anos, já que 500 milhões de dólares são de débitos externos. O estado gastava com serviços da dívida cerca de 400 milhões de dólares por ano.

RIO GRANDE

DO SUL

“O Estado do Rio Grande do Sul tem uma dívida com a União no valor de US\$ 5,9 bilhões. A aprovação do projeto de lei que estabele-

ce regras para o refinanciamento das dívidas dos estados e municípios, junto à União, em 20 anos, vai melhorar muito a situação financeira do nosso Estado”. A avaliação foi feita hoje, em Porto Alegre, pelo governador Alceu Collares.

O governador ressaltou que, com o novo sistema de pagamento, o comprometimento do governo do Rio Grande do Sul vai ser reduzido de 20 para 18%.

SÃO PAULO

“O Partido dos Trabalhadores (PT) não é contra a

rolagem da dívida mobiliária dos estados e municípios. A nossa posição é de que ela não deveria ser feita de forma generalizada, premiando também os governos que aplicaram de forma indevida seus recursos.” Desta forma, o secretário das Finanças do Município de São Paulo, Amir Khair, rebateu as declarações do governador do estado, Luiz Antônio Fleury Filho, que disse desconhecer as razões pelas quais o PT votou contra a proposta da rolagem no Congresso.

Destacando que a dívida do município é pequena — em novembro os encargos e amortizações absorveram Cr\$ 9 bilhões, cerca de

7% da receita própria da cidade —, ao contrário do Estado, onde exerce uma pressão significativa, sobre o orçamento, Khair disse que a rolagem traz dados positivos. “O Fleury tem razão ao afirmar que a dívida mobiliária era um instrumento de subjugação ao governo federal, situação iniciada em setembro de 1990, quando o Banco Central classificou de ruins todos os títulos estaduais e municipais, elevando do dia para a noite em dez vezes o custo de sua rolagem”, afirma acrescentando que com a proposta aprovada pelo Legislativo, a situação retornou ao que era.